

RESENHA

AIUB, Mônica. **Filosofia da mente e psicoterapias**. Rio de Janeiro: Wak, 2009. 184 p.

*José Maurício de Carvalho**

O livro de Mônica Aiub discute o fenômeno da causação mental. Por causação ela entende “a relação singular entre uma causa e um efeito, ou a produção de um efeito por uma causa” (p. 15). Este conceito ela aplica à relação mente-cérebro. A questão tornou-se importante devido à sua prática clínica, onde ela aprendeu que as mudanças nas ideias provocam alterações orgânicas. O problema que deseja investigar é como um pensamento pode interagir com o corpo. O livro foi inicialmente concebido como dissertação de mestrado defendida no programa de pós-graduação da UFSCar, em São Carlos – SP. No desenvolvimento da dissertação duas dificuldades precisaram ser vencidas: escolher teorias sobre causação mental que fossem compatíveis com sua experiência clínica e estabelecer uma linha de reflexão que, no âmbito da filosofia acadêmica, superasse o uso da metodologia clínica, pois o atendimento no consultório transcende os procedimentos da meditação filosófica.

O segundo problema é mais bem detalhado no posfácio onde a autora esclarece a importância da causação mental na Filosofia Clínica. A relação entre o que é vivido e o que é pensado no mundo particular do partilhante é investigada na clínica pelo tópico *Sensorial e Abstrato*, um dos trinta que integram a estrutura do pensamento (EP). No entanto, a Filosofia Clínica não restringe sua análise a tópicos isolados, antes considera fundamental a relação entre eles, as categorias e os sub modos, pois não basta saber quais são os tópicos fundamentais da EP se não se sabe como eles se relacionam entre si e com toda a estrutura de pensamento. Para atender a esta característica autogênica da estrutura de pensamento a

* Doutor em Filosofia pela Universidade Gama Filho e Professor Adjunto do Departamento das Filosofias e Métodos da Universidade Federal de São João del Rei. E-mail: mauricio@ufsj.edu.br

autora escolhe o chamado materialismo emergentista concebido por Mário Bunge, em cujo meio encontra elementos compatíveis com sua experiência clínica. A teoria explica porque tópicos inicialmente não encontrados na EP de uma pessoa passam a fazer parte dela em momento posterior da vida provocando “outras movimentações existenciais” (p. 159). A plasticidade do cérebro descrita por Bunge é observada na Filosofia Clínica “na leitura autogênica dos três eixos fundamentais: exames categoriais, estrutura de pensamento e submodos” (p. 160). Estes constantes reordenamentos da EP atendem ao que Bunge considera ser função do cérebro: conhecer a si mesmo e ao entorno, encontrando a melhor forma de lidar com os problemas que emergem nos dois campos. A plasticidade da EP nos ajuda a “encontrar formas de vida mais adequadas às nossas necessidades e às exigências do ambiente” (p. 162). O estudo da causação mental tem ainda a dificuldade de perspectiva de quem descreve o fenômeno, pois é diferente quando relatamos o que se passa em nós e o que os outros enxergam. A abordagem de Bunge tem ainda a vantagem, diz a autora, de considerar esta diferença de perspectiva do fenômeno como sendo complementar. Plasticidade também se refere à interação com o entorno, sugere Bunge. É o que também conclui a autora tendo por base sua experiência clínica: “o ser humano é um organismo plástico inserido em um contexto, tanto as movimentações ocorridas em seu interior são refletidas em seu entorno, quanto o que ocorre à sua volta lhe afeta e movimenta” (p. 164). Por isto, quando o filósofo clínico examina o contexto vital do partilhante permite-lhe “repensar as conexões que estabelece entre o que ocorre consigo e seu entorno” (p. 169). O trabalho do filósofo clínico consiste em promover a aprendizagem, ajudando a pessoa a movimentar-se em seu sistema, reorganizando ideias e comportamentos. “Não importa se as alterações se manifestam em aspectos físicos ou mentais, importa que elas sejam compatíveis com as necessidades da pessoa” (p. 174).

No capítulo I intitulado: *Causação mental: situando a questão*, a autora faz uma reconstituição histórica do problema mente-corpo e apresenta um panorama atual do assunto. Ela afirma que como problema filosófico a questão foi elaborada por René Descartes. O filósofo criou uma metafísica dualista na qual duas substâncias: *res-extensa* e *res-cogitans* são a raiz do universo, ficando aberta a questão de saber como elas se relacionam,

pois é frágil a solução que o filósofo propôs. O problema é complexo porque as substâncias cartesianas são diferentes e possuem propriedades incompatíveis. O pensamento é indivisível, não-espacial, sem extensão e experimentado de forma privada, ao contrário do corpo que sendo extenso é desprovido de sentimentos e pensamentos. Para Descartes, o pensar não é um ato puro, mas substância pensante com que ele se parece, alma com que ele se identifica. Apesar de aparentemente contraditório devido ao dualismo, Descartes admite a causação entre mente e cérebro. A teoria cartesiana perdeu força em nosso tempo porque é insuficiente para explicar como ocorre a relação causal entre substâncias diferentes que para ele são essencialmente distintas. Observa a autora: “Se a glândula pineal (solução cartesiana) fosse uma substância material, como a mente poderia agir sobre ela? Se fosse uma substância imaterial, como poderia agir sobre o corpo? Se fosse uma terceira substância, entre o material e o imaterial, como ambas agiriam sobre ela?” (p. 33). Para ser coerente com o dualismo cartesiano precisaríamos ou abrir mão do princípio de causalidade ou separar a mente e o comportamento, como fez Descartes. Ao descrever o eu, o filósofo fala de uma substância que não tem necessidade de lugar algum; como alma cada um é aquilo que é, e muito distinto do corpo. Assim os críticos de Descartes apontam a radical separação entre corpo e mente como uma posição de difícil sustentação em nosso tempo, considerando o avanço da ciência. Mônica Aiub resume os textos de Michel Foucault onde ele observa que a Psiquiatria desde que se firmou como especialidade médica pressupõe a influência entre mente e corpo. As pesquisas da Psicologia contemporânea mostram que é possível comprovar a causação mental: “preocupações e situações de estresse advindos de problemas emocionais podem gerar bradicardia” (p. 39). A autora resume diferentes teorias que reduzem os estados mentais a mecanismos cerebrais, mas prefere as que postulam o inverso. Menciona especificamente o emergentismo de Mário Bunge, para quem “a mente é propriedade que emerge do funcionalismo neural, mas não se reduz a ele” (p. 46). Uma alternativa à teoria de Bunge é a funcionalista, segundo a qual “os estados mentais são definidos por suas funções, que para Dennett consistem em processos de informação” (p. 47). Usando uma linguagem própria da informática poderíamos dizer que “o cérebro é o hardware e a mente o software, a mesma analogia serve para mentes e organismos” (p. 48). Mônica

crítica o funcionalismo, pois ele desconsidera o papel do cérebro como base biológica e a metáfora do computador não traduz bem o funcionamento mental. Estas teorias contornam a dificuldade inicial aberta por Descartes, mas a questão cartesiana permanece suscitando dúvidas, conclui.

O capítulo segundo faz um histórico dos modelos de causalização mental que a autora considera mais relevantes. Começa com a metafísica aristotélica para a qual todos os efeitos possuem uma causa. No entendimento de Aristóteles, o conhecimento principia com os sentidos, mas ele só adquire universalidade quando aparece sob a forma de conceito, o que pressupõe a transição das informações sensíveis para a consciência. A teoria seguinte é a elaborada por Descartes, mencionada no capítulo anterior, que apesar do dualismo ontológico, preserva de Aristóteles a ideia de causa. Esta noção de causa necessária é questionada por David Hume que substitui a ideia de causalização por associação regular. Não há como justificar racionalmente o princípio da causalidade com a experiência do mundo, pois percebemos conexão constante, mas não vínculo necessário. Assim resume a autora o empirismo de Hume: “A conexão necessária não é descoberta no mundo, mas projetada no mundo por nossas mentes” (p. 58). A solução humeana é elaborada no contexto cartesiano e postula que o acontecimento chamado causa é aproximado do denominado efeito. Construída sob a égide dualista a teoria de Hume é incompatível com o materialismo. À teoria de Hume segue-se o modelo concebido por Stuart Mill, que insere a relação causal em leis gerais. “Se A é causa de B, quer dizer que A inicia uma mudança em B; ou que dada a ocorrência de B, A necessariamente ocorreu” (p. 62). Stuart Mill amplia a questão introduzindo a noção de múltiplas causas. “A causalização simples, referente à causalização de um efeito a uma causa, vista no mundo por Aristóteles, [...] na interação entre a mente e o mundo de Descartes, e somente na mente em David Hume, perde sua exclusividade, permitindo a possibilidade de múltiplas causas para um efeito e de múltiplos efeitos para uma causa” (p. 65). O assunto se torna ainda mais complexo se analisarmos a causalização mental na perspectiva iniciada pela Química, pois então além da possibilidade de causalização múltipla, pode-se falar do surgimento de novas propriedades que não estão presentes nos elementos que antecedem o efeito. Outro filósofo que se dedica ao tema é Bertrand Russel para quem a causalização não se

resume à regularidade e as regularidades indicam probabilidades e suas possíveis exceções. Bunge aprofunda os estudos de Russel com o conceito de semi-causalismo, segundo o qual se pode usar o conceito de causalção reconhecendo o seu caráter limitado. Este modelo é o preferido por Mônica Aiub, porquanto permite tratar de causalção físico-mental, mental-mental e mental-físico. Estes dois últimos são os que ela aprofundará nos capítulos seguintes, porque estão ligados às psicoterapias.

O capítulo seguinte continua examinando o problema da causalção à luz das teorias contemporâneas. Estas teorias abandonaram o dualismo cartesiano por conta das dificuldades implícitas. O desafio fundamental de nosso tempo parece ser superar as teorias monistas materialistas sem fazer concessão ao cartesianismo. A autora começa examinando o trabalho de Kim denominado *Mind in a Physical World*, para quem nossas crenças, desejos e intenções alteram o mundo à nossa volta através das intervenções que podemos fazer. No entanto, “não há leis conectando eventos mentais” (p. 87). A solução de Kim para a interação com o meio deixa subentendido que o trabalho psicoterápico é irrelevante porque não contempla a causalção mental. Outra teoria que não favorece a ideia de causalção mental é o monismo anômalo de Donald Davidson. Mesmo reconhecendo que o fenômeno mental é diferente do físico ou a superdeterminação causal e o fechamento do mundo físico, elementos da estrutura metafísica que elaborou, superpõem as causas físicas e mentais. Mais adequado que as teorias anteriores é o materialismo emergentista de Bunge, considera Aiub. Para Bunge “as funções mentais são funções do sistema nervoso central, emergentes do físico, porém não se limitam a processos puramente físicos” (p.99). Além disso, ele considera corretamente, segundo o juízo da autora, que a pessoa não é uma entidade invariável ao longo da vida, podendo sua composição ou organização modificar suas funções. Contudo, a plasticidade da pessoa não é um fato mental, mas decorre da capacidade do SNC modificar sua composição ou sua organização estrutural. A hipótese se baseia no fato de que os animais regulam suas funções internas sem que seja necessário admitir um eu animal. Assim, parece-lhe que as chamadas desordens mentais são neuronais, não importando se oriunda de lesão ou da aprendizagem. A mente é produto das propriedades emergentes do cérebro.

O capítulo quatro é intitulado *Para além da herança cartesiana*. Nele a autora reafirma os problemas herdados do cartesianismo, uma vez que a causação é observável na prática científica. Isto significa que a aceitação do monismo de Bunge, usado como possibilidade para justificar a psicoterapia, pede a superação do cartesianismo. Nesta trilha a autora lembra as pesquisas de Libet, que acenam para o paradoxo do cartesianismo, que favorece a ideia de que somos controlados pelo cérebro, o que vai de encontro ao racionalismo cartesiano. A Biopsiquiatria contemporânea admite o modelo de causação físico-mental. “Como a Psiquiatria aceita o fechamento causal do mundo físico, as explicações dos sistemas físicos, feitas em termos físicos, parecem suficientes para explicar os fenômenos mentais” (p. 115). Este modelo não explica a possibilidade da psicoterapia, no entanto, o reconhecimento de que a experiência do eu afeta o comportamento é comprovado na prática. A sua superação se origina na diferença de perspectiva do observador. Para o sujeito que faz a ação é a mente que comanda, um observador externo pode notar, através de uma máquina, o funcionamento cerebral atuando no controle dos movimentos. Esta compreensão da multiplicidade de perspectivas pede a superação da herança cartesiana. É no emergentismo materialista que a autora encontra a possibilidade de que a diferença na descrição de fenômenos seja somente de mudança de perspectiva. “Esse modelo elimina a dicotomia mente-cérebro, supera a visão cartesiana de um dualismo, substituindo-a por um monismo materialista, sem, contudo, reduzir o que denominamos estados mentais a processos neuronais” (p. 125). Com ele não apenas se supera a dicotomia cartesiana como se justifica a psicoterapia. Pensar é uma propriedade que aparece no homem e integra seus mecanismos de sobrevivência, adaptação e mudança.

O quinto e último capítulo é denominado *Indicações psicoterapêuticas do modelo emergentista*. Nele a autora mostra como, desde o início da Medicina na Antiga Grécia, o cérebro era responsável pelo pensamento e emoções e que este fato foi questionado com o surgimento da psicologia e psicanálise. Esta última mostra que é possível modificar a conduta com a interpretação e, como outras correntes, também indica que a compreensão do fenômeno muda a reação da pessoa. Se as mudanças internas afetam a sua relação com o meio, o inverso também ocorre,

mudança na circunstância afeta o movimento consciente. Pesquisas como as de Segerstrom e Miller, que comprovam a associação entre estresse psicológico e alteração no sistema imunológico, encontram explicação na plasticidade do organismo como foi tematizado no emergentismo de Bunge. Avalia a autora, a partir das considerações de Bunge: “as psicoterapias, por trabalharem nossa memória, nossa representação, nossa aprendizagem, trabalhariam também nosso sistema neural plástico, ativando ou debilitando conexões neurais” (p. 139).

Na conclusão a autora volta à importância do tema da causação mental que é necessária para explicar a eficiência da psicoterapia. Recorda que as soluções contemporâneas necessitam superar o dualismo cartesiano e a noção de causação mecânica. Destaca a contribuição de Bunge a partir de quem se pode compreender e justificar os tratamentos psicoterápicos sem considerá-los suficientes. A teoria de Bunge é ainda compatível com o conceito de cura em Filosofia Clínica, que não significa o afastamento de um certo padrão de normalidade, mas “desequilíbrios de um determinado organismo em seus componentes, em sua estrutura ou em seu entorno” (p. 155).

O que dizer da solução encontrada por Mônica Aiub para a causação mental? Consideramos melhor o caminho aberto pela fenomenologia que é alternativa aos materialismos e aos idealismos. No caso, lembramos a teoria dos estratos com suas categorias, através da qual Nicolai Hartmann explicou a realidade e a crítica de Delfim Santos às ontologias materialista e espiritualista. Delfim Santos nos lembra que essencialmente materialismo e idealismo são metafísicas dogmáticas, pois não há como mostrar de forma convincente se é o espírito (a mente) ou a matéria (cérebro ou qualquer outra coisa) que produz a realidade. O monismo espiritualista e o materialista são limitados por abordar de modo unilateral algo que lhes transcende, e o dualismo cartesiano, como observou a autora, traz contradições difíceis de resolver porque divide o real em substâncias opostas amarradas por uma glândula. Essas dificuldades levaram o filósofo a olhar de modo diferente a relação entre as denominadas regiões da realidade.

Delfim Santos partiu exatamente deste ponto, a existência é categoria fundamental para entender o que é real. Afirmou o filósofo em *Das regiões da realidade* (1982):

Um ser vivo, um ser imaginário e um ser espiritual afirmam-se existentes, ou melhor, afirmam-se co-presentes uns com os outros ou pelo menos um deles com um outro. Verdaderamente a existência destes seres é coexistência, o que é muitíssimo diferente e modifica enormemente o problema. Só o ser material existe, isto é, só é possível conceber racionalmente como existente o ser de matéria. Não afirmamos que a matéria é o único ingrediente do universo e não identificamos ser e matéria (p. 269).

Estabelecida a prevalência da existência como pressuposto de qualquer ente concebível, Delfim Santos perguntou-se se o existir implicava numa concepção unidimensional. Ele concluiu que não, isto é, a realidade do que existe comporta relações ou estratos superpostos e complementares, ainda que descontínuos. Há diferentes formas de existência e nem tudo existe no mesmo grau. Isso implica na superação do materialismo e do espiritualismo como metafísicas dogmáticas. Os estratos propiciaram compor uma nova epistemologia, ontologia, lógica e moral, onde as ideias de conhecer, ser, saber, virtude ultrapassam os critérios positivistas. Essa diferença de grau corresponde, em nosso entendimento, à releitura qualitativa daquilo que a ciência mostrou com a evolução das espécies. Observemos o texto a seguir:

É possível, com um mínimo de abstração, compreender que no mundo vegetal e no mundo animal se encontram os correspondentes tipos próprios a cada um dos graus de relação das esferas a que aludimos: unidades compostas de matéria-vida, de matéria-vida-consciência e de matéria-vida-consciência-espírito. Da primeira temos como exemplo os seres vegetais, da segunda os seres animais, e da terceira o homem. Interessante será notar que não conhecemos nenhum ser cuja ordem de relação das esferas seja diferente da que indicamos acima e não é mesmo possível conceber tipos reais resultantes da combinação matéria-consciência sem o intermediário vida, ou vida-espírito sem o intermediário consciência. (idem, p. 269).

Estabelecidos os estratos, Delfim Santos traçou as regiões da realidade. Estas regiões são, em última análise, construções da consciência,

mas através de um retorno às coisas, como queria Edmund Husserl. Ele se valeu da combinação das categorias kantianas de tempo e espaço, associando-as de modo a melhor enquadrar a dimensão material e a da consciência espiritual. A filosofia transcendental usou as categorias como significações, radicalizando a separação conteúdo e forma do saber. Essas categorias permitem a relação entre dois existentes e propicia a experiência ocupar o espaço vazio do transcendental. Elas favorecem a formação da consciência, mas acenam para o que de universal existe na razão. É a consciência que dá ao homem o significado de sua finitude; e o espírito o que o vincula aos outros. A teoria do real tem em sua base o esquema de espaço que é a categoria própria da matéria. As deslocções no espaço exigem, por sua vez, a utilização do tempo para satisfazer os raciocínios da mecânica atual. A análise fenomenológica da consciência demanda uma outra categoria onde o tempo tenha primazia sobre o espaço e finalmente o espírito não parece inserido em nenhuma das categorias anteriores. Temos assim vários esquemas: espaço, espaço-tempo, tempo-espaço, fora do tempo e do espaço. Verificamos que os esquemas expostos apresentam uma correspondência em sua teoria do real e se aplicam à matéria, vida, consciência e espírito sem com isto afirmar que o real se esgote nestes esquemas. Eles continuariam a ser uma espécie de objeto da consciência. O filósofo mencionou ainda princípios imanentes que emprestam vida e diferenciação a cada uma delas. Seriam eles: causalidade, finalidade, intencionalidade e liberdade.

As regiões da realidade devem, pois, integrar não apenas o que é material, mas também a vida, a alma e o pensamento. Para Delfim Santos, como para Merleau Ponty, o corpo e as coisas são mesmo estofos. A questão é que o homem é mais que corpo e a realidade possui mais de uma esfera. Assim ela aparece na nossa consciência em múltiplos estratos. Trata-se de uma abordagem desenvolvida na esteira da fenomenologia de Hartmann. Os estratos se interligam: a vida depende do corpo, a consciência da vida e o espírito da consciência. Desta forma asseguramos a cada estrato uma forma própria de abordagem, a interdependência dos estratos nos existentes que os reúnem, como é o caso do homem. No existente concreto temos matéria, vida, consciência e espírito.

A realidade aparece na consciência de cada um, portanto a verdade, o belo e o bom são construções em perspectiva de sujeitos diferentes, realizadas a partir de elementos culturais. Entendemos que a fenomenologia encontrou um caminho para tratar a realidade e a relação entre os seus elementos muito mais amplo e convincente que as soluções criadas no interior do materialismo e do espiritualismo.

Data de Registro: 14/12/09

Data de Aceite: 07/05/10